

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA-GRANDE – UFCG

Sebastião Rodrigues Marques¹

RESUMO:

O Exercício Profissional do Assistente Social na Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Campina-Grande – UFCG explicita aspectos da monografia do curso de especialização da UnB, 2010. Objetiva analisar o exercício profissional do Assistente Social nos programas de apoio estudantil, as requisições profissionais, o alcance dessa intervenção e as relações com o projeto profissional. A pesquisa revelou a existência de um número limitado de profissionais, precárias condições éticas e técnicas e escassos recursos financeiros para a política de assistência estudantil.

Palavras – chaves: Assistente Social, Assistência Estudantil e UFCG

ABSTRACT:

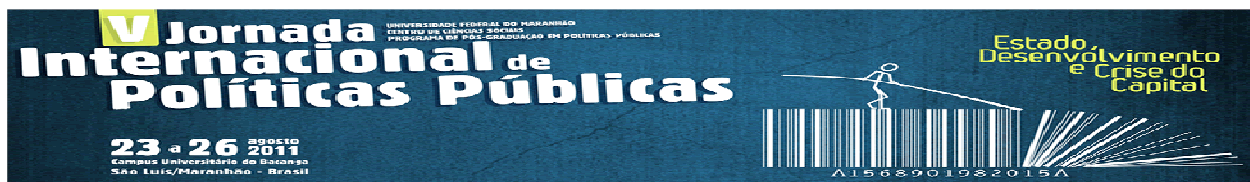
The Professional Practice of Social Policy in the Student Assistance, Federal University of Campina Grande - UFCG monograph explains aspects of the specialization course of UNB, 2010. It aims to analyze the professional Social Worker in student support programs, professional requests, the scope of its action and relations with the professional design. The research revealed a limited number of professionals, technical and ethical precarious and scarce resources for financial assistance policy student.

Keywords: Social Policy, Student Assistance e Federal University of Campina Grande

I. INTRODUÇÃO:

Este trabalho configura-se como uma síntese da monografia apresentada em outubro de 2010 ao Curso de Especialização “Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais da Universidade de Brasília - UnB, tendo o Exercício Profissional do Assistente Social na Política de Assistência Estudantil da Universidade

¹ Especialista. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). srodmarq@hotmail.com



Federal de Campina-Grande - UFCG como elemento central para reflexões investigativas no que concerne a problemática inerente ao exercício profissional nos espaços sócio ocupacionais dos campi universitários da UFCG no contexto geral da política de educação superior brasileira.

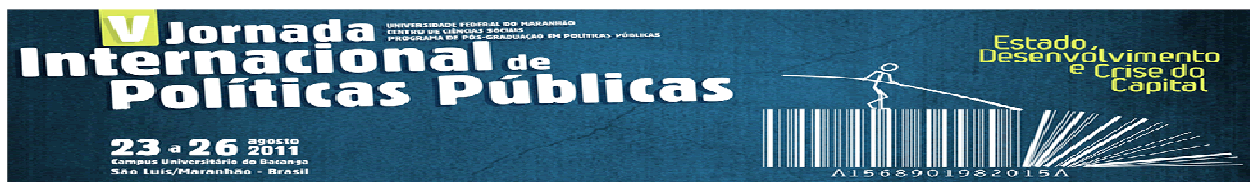
O tempo presente está marcado por uma crise estrutural de sociabilidade calcado pelos limites históricos do capital que rebatem contundentemente em todos os poros da vida social. No Brasil, periferia infernal do capitalismo contemporâneo (PAULO NETTO, 2008), suas expressões são devastadoramente evidenciados através da investida do capital em buscar formas acentuadas de acumulação. Dentre as estratégias implementadas - a contra-reforma do Estado Brasileiro constitui em peça fundamental neste intuito, através de processos de desregulamentação e desestruturação do Estado e suas conseqüentes refrações, o esfacelamento dos direitos sociais e a ampliação da intervenção do capital no provimento das necessidades sociais.

A reforma do Estado é um dos instrumentos de concretização das propostas elencadas pelo consenso de Washington, pela globalização², e pelas políticas locais. O grande mote era o fim dos protecionismos e particularismos dos Estados nacionais em favor da internacionalização do capital e do controle deste pelos países centrais.

A Política de Educação Brasileira assim como as demais políticas sociais sofre com os rebatimentos dos reordenamentos do capital para se restabelecer das suas crises. Gradativamente, a ideologia do capital vem produzindo indivíduos desprovidos de uma capacidade de deciframento das relações sociais através dos modelos de educação vinculados ao modo de produção capitalista (TEIXEIRA, 2000; FRIGOTTO, 2006).

Nesse sentido,

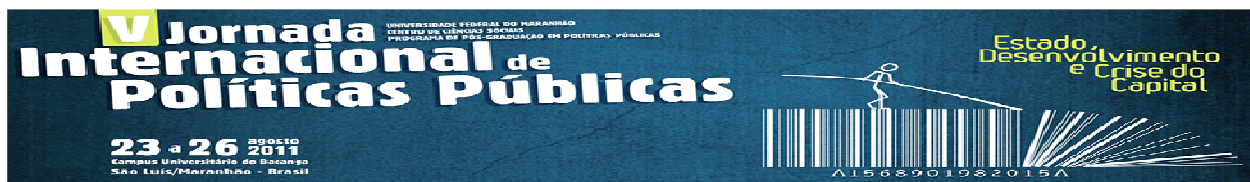
² Ianni (1999, p.11) acredita que a "globalização no mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória. Uma realidade ainda pouco conhecida, desafiando praticas e ideais, situações consolidadas e interpretações sedimentadas, formas de pensamento e vãos da imaginação".



A universalização do acesso à escola e o aumento médio de escolaridade é um fato que parece não constituir-se em óbice ao capitalismo monopolista. Pelo contrário, um nível mínimo de escolaridade generalizada e o próprio prolongamento da mesma – dentro da função social que a escola tem assumido historicamente – constituem-se em mecanismos funcionais à atual etapa do desenvolvimento capitalista. Uma escolaridade elementar que permita um nível mínimo de cálculo, leitura e escrita, e o desenvolvimento de determinados traços sócio-culturais, políticos e ideológicos tornam-se necessários para a funcionalidade das empresas produtivas e organizações em geral, como também para a instauração de uma mentalidade consumista. O prolongamento da escolaridade – prolongamento desqualificado – de outra parte, vai constituir-se num mecanismo de gestão do próprio Estado intervencionista, que busca viabilizar a manutenção e o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas. (FRIGOTTO, 2006, p. 162).

O ensino superior é perpassado por esta conjuntura, observamos o espraiamento das universidades federais em decorrência do decreto nº 6.096 de 24/04/2007 que institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Os programas de assistência estudantil dizem respeito a políticas das instituições federais destinados aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No caso da UFCG estes programas são regidos por editais de seleção para bolsas de apoio ao estudante, programas de residências universitárias e restaurantes universitários. Esses programas estão presentes nos 07 campi (distribuídos nas cidades de Campina-Grande, Patos, Pombal, Sousa, Cajazeiras, Sumé e Cuité). Nesse amplo leque de campi se materializa a prática profissional dos assistentes sociais da UFCG, ora nesses programas de apoio ao estudante ora, em projetos de extensão universitária, ora, nas ações de capacitação e promoção profissional.

O referencial teórico que alicerça a prática profissional nesses espaços se fundamenta na teoria marxista, na qual oferece parâmetros analíticos para a captura das determinações em sua totalidade. Além disso, possibilita apreender os aspectos sócio-históricos presentes no exercício profissional que estão sinalizados nas demandas que chegam diariamente nos espaços socioocupacionais dos assistentes sociais envolvidos com os programas de apoio ao estudante. Nesse sentido, Neto (2009) sinaliza citação de Engels para externalizar essa condição de entender as determinações como processo:

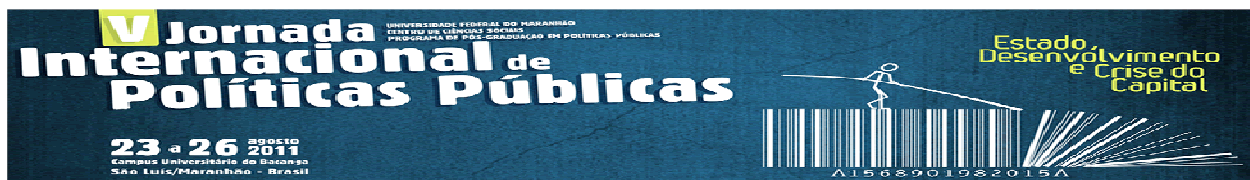


(...) se concebe o mundo da natureza, da história e do espírito como um processo, isto é, como um mundo sujeito à constante mudança, transformações e desenvolvimento constante, procurando também destacar a íntima conexão que preside este processo de desenvolvimento e mudança. Encarada sob este aspecto, a história da humanidade já não se apresentava como um caos [...], mas, pelo contrário, se apresentava como o desenvolvimento da própria humanidade, que incumbia ao pensamento a tarefa de seguir [...] até conseguir descobrir as leis internas, que regem tudo o que à primeira vista se pudesse apresentar como obra do acaso (ENGELS, 1979, p. 22).

Os objetivos do trabalho monográfico foi de buscar analisar o Exercício Profissional do Assistente Social desenvolvido nos Programas de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Campina- Grande – UFCG. Tendo como objetivos específicos: apreender as requisições sócio-institucionais que estão presentes no exercício profissional dos assistentes sociais que estão inseridos nos espaços socioocupacionais dos programas de apoio ao estudante; analisar as contribuições que o exercício profissional dos assistentes sociais proporcionam para a materialização da política de assistência estudantil na instituição; apreender as possibilidades de inter-relação dos fundamentos do projeto ético político do Serviço Social com a prática profissional desempenhada pelos assistentes sociais via as atribuições profissionais requeridas pela operacionalização dos programas de apoio ao estudante.

As políticas de assistência ao estudante são vinculadas a Pro-Retoria de Assuntos Comunitários - PRAC onde cada campus tem autonomia para conduzir os processos de gerenciamento desta política. Ela é expressa através de programas de apoio a moradia (residências universitárias), apoio a alimentação (restaurantes universitários), programas de bolsas que contribuam para a permanência do aluno no campus. A realidade de recursos humanos não contempla assistentes sociais em todos os campi, ocasionando vários processos que incidem na prática profissional e na política em questão.

A pesquisa envolveu os assistentes sociais da UFCG que estão inseridos nos programas de assistência estudantil (01 assistente social do campus de Campina-Grande, os assistentes sociais dos campi: Cuité e Sousa, sendo 01 profissional em cada campus), totalizando 03 assistentes sociais. Os diretores dos centros de ensino também foram entrevistados, além do que, os centros de ensino que não apresentam



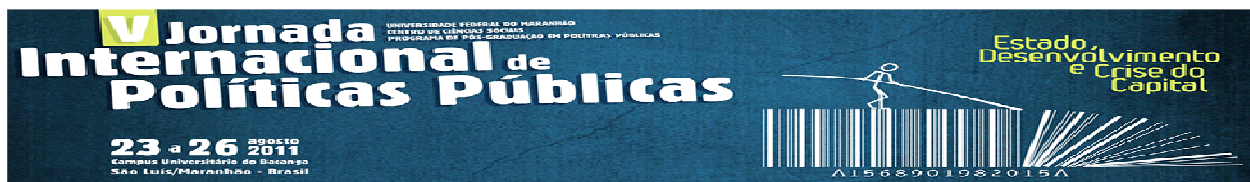
assistentes sociais foram envolvidos nesse processo, compreendendo 6 diretores e o coordenador de apoio estudantil da Pro – Reitoria de Assuntos Comunitários da Instituição. Os estudantes da UFCG serão entrevistados e para este segmento adotamos a seguinte sistemática: entrevistar 1 (um) estudante da população de residentes universitários e o mesmo numero para os estudantes bolsistas do Programa de Bolsa de Auxílio Acadêmico REUNI do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar – CCTA/UFCG. Alunos que não conseguiram acessar os programas de apoio a permanência também serão envolvidos na pesquisa, no entanto, selecionaremos também 1 (um) estudante dos campi que não apresentam assistente social, então, serão entrevistados alunos dos campi de Cajazeiras, Patos e Sumé.

CONCLUSÃO:

Os resultados da pesquisa sinalizaram que as requisições mais recorrentes para os assistentes sociais estão pautadas na realização de estudos socioeconômicos, visitas domiciliares, entrevistas sociais, orientações sociais junto aos estudantes que demandam os programas de assistência estudantil: restaurante e residências universitárias, bolsas de permanência.

A UFCG registra número insuficiente de assistentes sociais envolvidos nos programas de apoio ao estudante esta situação debilita as análises socioeconômicas, pois força os profissionais a realizarem seus estudos de forma aligeirada, sem se aprofundar nas situações apresentadas pelos estudantes, e mais, sujeitando o parecer social do assistente social a críticas por parte da comunidade acadêmica, no sentido de ter concedido o benefício a alguns alunos não tão “precisados”.

Outro elemento que fragiliza os estudos é de na maioria das vezes a utilização de visitas domiciliares serem vetadas pelas administrações dos centros, pois demanda diárias, transporte, sendo outros aspectos da universidade com prioridade para as diárias e uso do veículo oficial, a exemplo do ensino e da pesquisa. Ainda nessa temática de visitas in-locu, também existe um numero expressivo de alunos inscritos para esses programas, sendo inviável a realização de visitas para todos, tanto por problemas citados acima, como pelo prazo para entrega dos resultados.

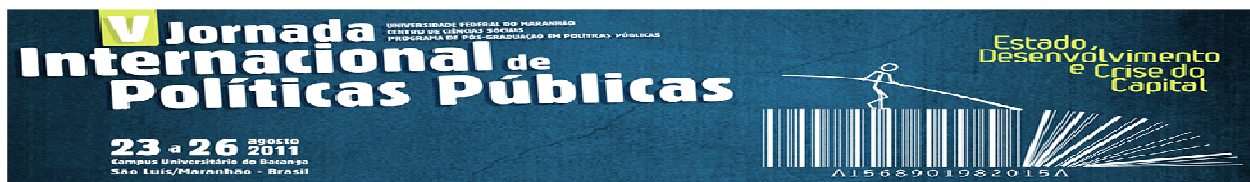


O grupo de assistentes sociais é extremamente reduzido e não existe vontade profissional da maioria para a realização de reuniões avaliativas desses processos que caminham juntos com o exercício profissional, até mesmo para estudos e capacitações coletivas. A pesquisa revelou que a maioria desses assistentes sociais desconhecem o projeto ético – político da profissão, isto é grave, pois a utilização dos instrumentais não acontecem de modo que revele uma direção política dos profissionais e numa instituição, onde a categoria dos docentes é quem dita as regras, e onde, na assistência estudantil seja um espaço de poder, de concessão de benefícios, todos querem se apropriar, e nessa hora, o conhecimento técnico do assistente social é fundamental para praticas sociais desconectadas de favoritismos, benemerência e que estejam sintonizadas com a questão do direito.

Em proporções sem precedentes tem-se a mercantilização e balcanização dos serviços, que uma de suas expressões seja a transferências destes para o atendimento através da tutela do mercado. Dentre estes serviços, a educação brasileira nos últimos anos constitui em alvo prioritário da mercantilização, sobretudo, devido à insistente iniciativa do Estado de efetivar a reforma da educação no país em todos os níveis de ensino, em especial o ensino superior. Nos últimos tempos vivenciamos um crescimento exponencial das unidades de ensino superior, a partir da reforma universitária que é calcado em um cariz funcional à reprodução do capital, a partir do sucateamento das instituições públicas de ensino, da proliferação de instituições privadas e principalmente a partir do espraiamento das unidades de ensino pautadas na modalidade de educação à distância.

Acresce-se, a despreocupação com a função social da universidade enquanto produção de conhecimento e socialização desta para sociedade; a dissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão; a produção do conhecimento direcionado aos projetos e planos de grandes corporações capitalistas; e, o revigoramento conservador de referenciais que capitulam e reafirmam no plano teórico o presente momento.

Com base nesta contra-reforma em curso, a prática profissional do Assistente Social é atravessada por suas manifestações, pela própria particularidade que norteia a profissão. As condições reais evidenciam o sucateamento dos espaços sócio-ocupacionais, o esfacelamento dos direitos sociais, as relações precarizadas de



inserção no trabalho, o caráter funcional imposta pelas agências do capital. Do ponto de vista do envolvimento coletivo (político), a celebre frase “Tudo que é sólido se desmancha no ar, do autor Karl Marx, nunca esteve tão presente no interior das nossas relações sociais, relações que vem se mostrando fragilizadas do ponto de vista político, esvaziadas de conteúdos, de sujeitos conscientes das demandas da contemporaneidade.

REFERENCIAS:

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. **Análise de Conjuntura**: noções e indicações teórico-metodológicos. João Pessoa/PB: DSS/PPGSS/SEPACOPS, 1994

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003

_____.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social** – fundamentos e historia. São Paulo: Cortez, Biblioteca Basica de Serviço Social, 2006

CFESS. **Resolução nº 493/2006**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf acesso em: 05 de maio 2010.

_____. **Código de Ética do Assistente Social**, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/> acesso em: 05 de maio 2010.

ENGELS, F. **Anti-Dühring**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIL, A. Carlos. **Amostragem na Pesquisa Social**. In métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: editora Atlas, 2006. p. 101



GRANEMANN, Sara. **O processo de Produção e reprodução social:** trabalho e sociabilidade In Especialização Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais/CEAD/UnB/2009, Unidade III, p. 04).

LESSA, Sergio. **Serviço Social e Trabalho:** do que se trata? Disponível em: http://www.sergiolessa.com/artigos_97_01/ssocial_trabalho_2000.pdf acesso em: 23 de junho 2009

MARQUES, Sebastião Rodrigues. **O Exercício Profissional do Assistente Social nos Programas de Apoio Estudantil da Universidade Federal de Campina-Grande – UFCG.** Monografia do Curso de Especialização Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais UnB, 2010

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da economia política: livro I; São Paulo, Nova Cultural, 1996.